



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

340  
TJP.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0047781-89.2008.8.17.0001 (0293193-3)

Agravante: VALDINALDO JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

Agravado(a): ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

&

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0047781-89.2008.8.17.0001 (0293193-3)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Agravado(a): VALDINALDO JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SOLDOS. POLICIAIS MILITARES.  
RECURSO IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE.

1. Como bem exposto na decisão impugnada, não há que se falar em prescrição de fundo de direito, mas sim em prescrição quinquenal, na medida em que a ação foi intentada em 2002, sendo posteriormente desmembrada em virtude da ocorrência de litisconsórcio multitudinário.
2. Destarte, entendo que prescrição de fundo de direito não ocorreu, estando prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda, uma vez que, em razão de o plano de fundo da presente contenda se subsumir a verbas remuneratórias, está-se diante de relações de trato sucessivo, surgindo-se uma nova pretensão a cada mês, posto que não foi publicado nenhum Ato Administrativo *stricto sensu* negando a própria situação jurídica fundamental em que se apoia os demandantes.
3. Controvérsia quanto à percepção das diferenças mensais de valores entre o soldo e o vencimento básico de referência (VBR), instituído pela Lei Estadual nº 11.216/1995.
4. A Lei Complementar Estadual nº 32/2001 fixou em valores nominais os soldos dos policiais militares, não cabendo a aplicação de tabelas de escalonamento vertical.
5. A aplicação do valor do VBR como "piso" de soldo, tem como limite temporal a edição da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.
6. Recurso de Agravo improvido, reconhecendo a improcedência do pedido em relação às parcelas posteriores à Lei Complementar Estadual nº 32/2001, mantendo-se a sentença de procedência no tocante às parcelas relativas ao período de dezembro de 1997 a 27 de abril de 2001, data da publicação da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

341  
Top.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, conhecer e NEGAR PROVIMENTO aos presentes recursos, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ  
Relatora Convocada.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

342  
Top.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0047781-89.2008.8.17.0001 (0293193-3)

Agravante: VALDINALDO JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

Agravado(a): ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

&

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0047781-89.2008.8.17.0001 (0293193-3)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Agravado(a): VALDINALDO JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

RELATÓRIO

Cuida-se do julgamento conjunto de dois Agravos, interpostos por VALDINALDO JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS e pelo ESTADO DE PERNAMBUCO (fls. 292/327), contra decisão monocrática da lavra do Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo a qual determinou o pagamento do vencimento básico de referência, observada a prescrição quinquenal e a vigência da LC 32/11.

↑

Passo a fazer o relatório individualizado, para, em seguida, fazer a apreciação *simultaneus processus*.

Os agravantes VALDINALDO JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS, requerem, em síntese, a alteração do período a ser pago o vencimento básico de referência, devendo ser entre o período de outubro de 1997 a julho de 2001.

Já o ESTADO DE PERNAMBUCO, interpôs recurso alegando, sem síntese, que: a) há prescrição do fundo do direito; (b) que a Lei Estadual nº 11.216/95 não revogou o escalonamento vertical estabelecido pela Lei Estadual nº 10.426/90.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ  
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

343  
top

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação n. 0130272-22.2009.8.17.0001 (0305219-5)

Agravante: ADRIANA DA SILVA ALMEIDA

Advogado(a): Anny Brito Alves da Silva OAB/PE 027684

Agravado: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Procurador: Paulo Roberto de Lima

VOTO

Como bem exposto na decisão impugnada, não há que se falar em prescrição de fundo de direito, mas sim em prescrição quinquenal, na medida em que a ação foi intentada em 2002, sendo posteriormente desmembrada em virtude da ocorrência de litisconsórcio multitudinário.

Nessa mesma diretriz, entendo que prescrição de fundo de direito não ocorreu, estando prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda, uma vez que, em razão de o plano de fundo da presente contenda se subsumir a verbas remuneratórias, está-se diante de relações de trato sucessivo, surgindo-se uma nova pretensão a cada mês, posto que não foi publicado nenhum Ato Administrativo *stricto sensu* negando a própria situação jurídica fundamental em que se apoia os demandantes, no que concerne ao período anterior ao advento da LC nº 32/2001.

Esse, aliás, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR ESTADUAL. PAGAMENTO DE TRIÊNIOS. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO-OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Nas obrigações de trato sucessivo, em que a Fazenda figure como devedora e desde que o direito reclamado não tenha sido negado, a prescrição não atinge o fundo de direito, mas tão-somente as parcelas anteriores ao quinquênio antecedente à propositura da ação (Súmula 85/STJ). 2. Agravo Regimental improvido. (grifo nosso) (AgRg no Ag 934566 / RJ, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2007/0186807-6, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133), T5 - QUINTA TURMA, 04/03/2008, DJ 24.03.2008 p. 1) EMENTA: PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. - A ação de cobrança relativa a diferenças no benefício complementar é obrigação de trato sucessivo, não ocorrendo a prescrição do direito. - Apenas as parcelas vencidas e não pagas há mais de cinco anos antes da propositura da ação são atingidas pela prescrição. (grifos nossos) (AgRg no REsp 978166 / PB, 2007/0168037-5, Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS (1096), T3 - TERCEIRA TURMA, 12/02/2008, DJ 27.02.2008 p. 195).

Desta feita, subsiste o direito de os autores buscarem a diferença entre o valor percebido em decorrência da tabela de escalonamento vertical e o mínimo exigido aos servidores públicos de R\$ 130,00.

4



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

344  
TJP.

É que, apesar do advento da LC nº 32/01 - na qual todas as gratificações foram incorporadas ao soldo passando a ter um valor único nominal -, os valores aqui pleiteados partem da publicação da Lei 11.216/95 até o advento da LC 32/01. Sendo assim, somente são devidas as parcelas relativas ao período de dezembro de 1997 a 27 de abril de 2001, data da publicação da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.

A presente controvérsia instalou-se em torno do direito dos agravantes - VALDINALDO JOSE DO NASCIMENTO E OUTROS - a receberem as diferenças mensais de valores advindos da relação entre o soldo e o vencimento básico de referência (VBR), instituído pela Lei Estadual nº 11.216 de 29 de junho de 1995.

Quanto à remuneração dos militares, a Lei Estadual nº 10.426/90 dispõe, em seus artigos 5º e 6º, o seguinte:

"Art. 5º Ao servidor militar é assegurado o direito de ter o seu soldo fixado em valor nunca inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais."

"Art. 6º O valor do soldo do posto de Coronel será fixado em lei e servirá de base ao cálculo do soldo dos demais postos e graduações mediante aplicação dos índices da Tabela de Escalonamento Vertical anexa a esta lei, respeitado o disposto no artigo 5º."

Tendo em vista tais normas, é possível verificar que ficou estabelecido o escalonamento vertical, com a particularidade de que o soldo do servidor militar nunca tivesse valor inferior ao menor vencimento fixado para os demais servidores estaduais, e como limite máximo, o valor do soldo do Coronel, a ser fixado por lei.

A Lei Complementar Estadual nº 13/95, que versa sobre critérios para o cálculo de remuneração dos servidores públicos, determina em seu art. 16, a manutenção do regime de escalonamento vertical.

Observe, entretanto, que a Lei Estadual nº 11.216/95 estipulou em seu art. 12 que "a partir de 1º de maio de 1995, o Valor Básico de Referência é fixado em R\$ 130,00 (cento e trinta reais)", sendo este o piso dos soldos dos policiais militares, conforme art. 11 do mesmo diploma legal, abaixo transcrito:

"Art. 11. O Estado adotará, para fins de determinação de limites e estabelecimento de faixas de remuneração, o Vencimento Básico de Referência - VBR, correspondente ao valor do menor vencimento, soldo ou salário básico



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

345  
JP.

atribuído a cargos ou empregos dos quadros de pessoal da administração direta, das autarquias e das fundações."

A referida lei, também determinou, em seu art. 17, o valor do soldo do Coronel da Polícia em R\$ 262,21; com isto, os percentuais da tabela de escalonamento, quando aplicados, acarretaram a fixação da remuneração dos soldados em valor inferior a R\$ 130,00 de forma que os apelados sustentam que sofreram o efeito da não aplicação do VBR de R\$ 130,00, percebendo valor inferior.

Cabe frisar que, embora a fixação do soldo em R\$ 130,00 (em aplicação literal do art. 12 da Lei Estadual nº 11.216/95) de fato pareça implicar distorção na estrutura remuneratória dos PMs, à época, vez que, assim, restariam com *remuneração idêntica* todas as patentes com soldo inferior a R\$ 130,00, com o consequente *afastamento parcial* da tabela de escalonamento vertical para os postos de soldado, cabo e 3º sargento, essa *distorção* consubstanciava problema mais de natureza *político-administrativa* do que jurídica.

Juridicamente falando, é fora de dúvida que o art. 12 da Lei Estadual nº 11.216/95 claramente estipulou que "a partir de 1º de maio de 1995, o valor do Vencimento Básico de Referência é fixado em R\$ 130,00 (cento e trinta reais)", devendo ser este o piso do soldo dos policiais militares, por força da dicção, também expressa, do art. 11 daquele mesmo diploma legal. Diante da literalidade desses dispositivos, impõe-se atribuir o efeito que é próprio dos seus comandos normativos, ainda que esse efeito implique deformar a estrutura remuneratória tradicionalmente adotada para os PMs, com base no cálculo regressivo a partir do soldo da patente de Coronel, nos termos da Lei Estadual nº 10.426/90.

Atente-se, ainda, que a Lei Estadual nº 11.216/95 atrela o valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) ao soldo (vencimento básico do servidor militar) e não à remuneração total. Não se trata de vinculação do soldo ao salário mínimo vigente à época, o que é vedado pelo art. 7, IV, da Constituição Federal, não cabendo aceitar, portanto, o argumento de que só haveria irregularidade se os autores/apelados recebessem o total da remuneração inferior ao salário mínimo.

É preciso verificar que a Carta Magna proibiu a vinculação do soldo ao salário mínimo, mas não proibiu, ao legislador, a fixação em moeda corrente do valor mínimo de parcela de remuneração de servidor público.

Entretanto, conforme o art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 32, de 27 de abril de 2001, os soldos de todas as patentes policiais militares foram fixados



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

346  
/ 10/10/09

em valores nominais, não cabendo mais se cogitar, no pleito, a aplicação da tabela de escalonamento vertical, a partir deste momento.

Eis o disposto no art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 32/2001:

"Art. 2º - O soldo e as gratificações de moradia, de capacitação profissional, de exercício, de incentivo, de representação de nível hierárquico e de representação de posto, observada a vedação do artigo anterior, passam a corresponder aos valores nominais fixados pelo Anexo I desta Lei Complementar a partir do mês de abril de 2001, e aos valores nominais fixados pelo Anexo II desta Lei Complementar a partir do mês de julho de 2001."

Destarte, a aplicação do valor do VBR como "piso" de soldo tem como limite temporal a edição da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.

No caso os autores/agravantes propuseram, originariamente, uma ação distribuída em 18.12.2002, tombada sob o nº 001.2002.040278-4, data essa em que se considera interrompida a prescrição, conforme o estabelecido no art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil c/c o art. 172, I, do Código Civil de 1916, vigente à época da propositura da ação.

É preciso destacar o disposto no art. 9º do Decreto nº 20.910/1932, *in verbis* :

"Art. 9º A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo."

Tendo a citação válida interrompido a prescrição na data de 18 de dezembro de 2002, é preciso verificar em que momento o mencionado prazo voltou a correr. Cabe, assim, destacar trecho da sentença proferida no primeiro grau:

*"(...) Sendo certa a data em que o prazo prescricional foi interrompido (18.12.2002), resta saber quando teve ele a sua contagem reiniciada, sendo igualmente certo que não poderia correr prazo contra os autores por desídia exclusiva do réu ou do próprio sistema judicial. Como a referida ação originária foi proposta por um número elevado de autores na qualidade de litisconsortes ativos facultativos, o que dificultaria a defesa do réu, restou, atendendo-se a pedido deste, desmembrado aquele processo, sendo estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para tanto, por meio de decisão interlocutória, cuja intimação se deu à parte autora em 08.10.2008, de forma que o supracitado prazo terminaria aproximadamente no dia 8.11.2008. Não decorreu entre o vencimento do primeiro prazo (08.11.2008) e inteiro cumprimento da decisão sobre o desmembramento, que somente foi integralmente cumprida em 13.07.2009, data em que os autores juntaram aos autos o comprovante de pagamento das*

7



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

347  
top.

*custas processuais complementares, prazo igual ou superior a dois anos e seis meses, previsto no mencionado Decreto. Não ocorreu, assim, a prescrição do próprio fundo de direito (...)"*

Acatando o entendimento mencionado acima quanto à tempestividade da ação, verifica-se a necessidade de analisar o pleito dos apelados quanto às parcelas não pagas no período compreendido entre maio de 1995 a julho de 2001.

Com base na Súmula nº 85 do Superior Tribunal, tratando-se de prestações de trato sucessivo, prescrevem apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação. Portanto, em face da presente ação, que foi proposta em 18.12.2002, somente são devidas as parcelas relativas ao período de dezembro de 1997 a 27 de abril de 2001, data da publicação da Lei Complementar Estadual nº 32/2001.

Deveras, como já explicitado nesta decisão, a Lei Complementar Estadual nº 32/2001 fixou os soldos em valores nominais, ficando certa a improcedência do pedido relativo às diferenças remuneratórias devidas dali por diante, vez que há inexistência de direito adquirido à manutenção de regime jurídico ou à forma de cálculo de vantagens remuneratórias. Tendo a vigência do referido diploma se iniciado na data da publicação, ou seja, em 27 de abril de 2001, são improcedentes as diferenças remuneratórias pleiteadas pelos autores, ora agravados, a partir daquela data.

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO de ambos os recursos de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ  
Relatora Convogada